

As ciências sociais aplicadas e seu protagonismo no mundo contemporâneo

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)



As ciências sociais aplicadas
e seu protagonismo
no mundo contemporâneo

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

As ciências sociais aplicadas e seu protagonismo no mundo contemporâneo

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 As ciências sociais aplicadas e seu protagonismo no mundo contemporâneo / Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-744-1

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.441210612>

1. Ciências sociais aplicadas. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa (Organizadora). II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

A coletânea intitulada *As ciências sociais aplicadas e seu protagonismo no mundo contemporâneo* apresenta vinte e dois artigos, decorrentes de projetos interventivos, pesquisas teóricas e de campo decorrentes de: levantamento bibliográfico, análise documental, revisão de literatura, pesquisas exploratórias, estudo transversal, estudos de caso, observação, entrevistas, dentre outros.

Os artigos discutem temáticas de relevância na atual conjuntura, tais como: envelhecimento populacional, feminização no cuidado à pessoa com transtorno mental e do processo migratório e como estas singularidades impactam na saúde pública da população usuárias do Sistema Único de Saúde.

Na coletânea também são apresentados importantes contribuições de pesquisadores do México com as discussões sobre pobreza e vulnerabilidade social; turismo sexual; formação docente e análise de barreiras físicas. O leitor também acessará discussões vinculadas à Democracia, agências regulatórias, educação e trabalho, cinema e influência da mídia.

Os textos apresentam ainda discussões vinculadas ao mundo do trabalho, apontando relevantes contribuições, nas temáticas vinculadas à demonstração de valor adicionado; Compliance, indústria têxtil e operações portuárias. E finalmente, o leitor também é convidado a conhecer as produções vinculadas às temáticas de folclore e religiosidade, turismo religioso, dentre outros.

A coletânea possibilita, através das riquezas de análise, estudos e textos de áreas interdisciplinar e interinstitucionais, envolvendo docentes, discentes e profissionais de distintas áreas profissionais e regiões. Essas características enriquecem o processo de sistematização e produção do conhecimento alinhado às demandas contemporâneas em constante atualização.

Convidamos o leitor a acessar às discussões, conhecer os trabalhos e realizar suas próprias conexões de modo a reverberar nos diversos espaços profissionais.

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

PENSAMENTO LATINO-AMERICANO: A CONTRIBUIÇÃO DE JOSUÉ DE CASTRO E SEUS ESTUDOS SOBRE OS PROBLEMAS DA FOME NA AMÉRICA LATINA”

Tânia Elias Magno da Silva


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4412106121>

CAPÍTULO 2..... 14

FEMINIZAÇÃO DO CUIDADO À PESSOA COM TRANSTORNO MENTAL NA SAÚDE MENTAL

Maria da Conceição Silva Rodrigues

Lucia Cristina dos Santos Rosa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4412106122>


CAPÍTULO 3..... 25

A MULHER MIGRANTE E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE NO TERRITÓRIO BRASILEIRO COMO MEIO EFETIVO DE INTEGRAÇÃO LOCAL

Fernanda Aparecida Novelli Sanfelice

Maiara Furquim Lunardello

Maíra Furquim Lunardello

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4412106123>


CAPÍTULO 4..... 33

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA, COGNITIVA E DE MEMÓRIA DE IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS

Thaís Cunha Dias Ferreira

Priscila Larcher Longo

Sandra Regina Mota Ortiz


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4412106124>

CAPÍTULO 5..... 45

CIRCUNFERÊNCIA DA PANTURRILHA E FATORES ASSOCIADOS EM IDOSOS DE COMUNIDADE

Mariana Passos Carregosa

Carolina Cunha de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4412106125>


CAPÍTULO 6..... 54








POBREZA Y VULNERABILIDAD SOCIAL A TRAVÉS DE LOS INDICADORES DE EXCLUSIÓN Y MARGINACIÓN DE LAS POLÍTICAS PÚBLICAS DEL ESTADO DE OAXACA

Laura Irene Gaytán Bohórquez

Verónica González García

Isabel González García


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4412106126>

CAPÍTULO 7	64
ANÁLISIS DE BARRERAS FÍSICAS EN LA CIUDAD DE PUEBLA A PARTIR DE LA COLABORACIÓN INTERINSTITUCIONAL	
Beatriz Martínez Carreño	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4412106127	
CAPÍTULO 8	74
FORMACIÓN DOCENTE EN LA LICENCIATURA EN GASTRONOMÍA	
Julio César Lira García	
Deheni Sánchez Legorreta	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4412106128	
CAPÍTULO 9	81
TURISMO SEXUAL EN MÉXICO, ENFOQUE CRIMINOLÓGICO	
Martha Fabiola García-Álvarez	
Luz Adriana Nápoles-Durán	
Carla Monroy-Ojeda	
Dante Jaime Haro-Reyes	
Jorge Humberto Medina-Villarreal	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4412106129	
CAPÍTULO 10	91
COMO AS DEMOCRACIAS PODEM SER RESILIENTES	
Virgilius de Albuquerque	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.44121061210	
CAPÍTULO 11	110
LIMITES DA REGULAÇÃO SETORIAL	
Alyne Leite de Oliveira	
Bethsaida de Sá Barreto Diaz Gino	
Gilbene Calixto Pereira Claudino	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.44121061211	
CAPÍTULO 12	126
A VOZ DA TIPOGRAFIA NO CINEMA ANTES DO SOM SINCRONIZADO. CINEMA MUDO?	
Fernanda Pacheco de Moraes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.44121061212	
CAPÍTULO 13	143
A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NO TRIBUNAL DO JÚRI	
Danton Guilherme Caraça Pantoja	
Fausto Junqueira de Paula	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.44121061213	

CAPÍTULO 14..... 152

REFLEXOS DO TOYOTISMO NA EDUCAÇÃO E NO TRABALHO NA ATUALIDADE

Andrea Oliveira D'Almeida

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.44121061214>

CAPÍTULO 15..... 162

O USO DO COMPLIANCE NO COMBATE AO ASSÉDIO MORAL E SEXUAL NAS EMPRESAS

Mateus Catalani Pirani

Ana Carolina Alves Dias

Ana Beatriz Aquino de Macedo Martins

Emily Romera Fagundes


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.44121061215>

CAPÍTULO 16..... 174

ANÁLISE MACROERGONÔMICA DO TRABALHO NO SETOR DE COSTURA EM UMA INDÚSTRIA TÊXTIL COM ÊNFASE NA INOVAÇÃO DO SISTEMA PRODUTIVO

Cristiane Affonso de Almeida Zerbetto

Rodrigo Martins de Oliveira Spinosa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.44121061216>

CAPÍTULO 17..... 194

DESAFIOS DO AUMENTO DA PRODUTIVIDADE NA MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS PORTUÁRIAS: O CASO DO PORTO DO RIO DE JANEIRO

Wallison Albino dos Santos

Fábio Braun

Marcus Brauer

Denílson Queiroz

Marcela Lobo


Celso Pieroni

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.44121061217>

CAPÍTULO 18..... 206

A DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO COMO INSTRUMENTO DE TRANSPARÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZAS

Rosyana Araújo Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.44121061218>

CAPÍTULO 19..... 220


NOS COMPASSOS DO FOLCLORE E DA RELIGIOSIDADE: ASSOCIAÇÃO DO FOLCLORE DE PARINTINS COM PROCESSO RELIGIOSO DE NOSSA SENHORA DO CARMO

Maria Adriana Sena Bezerra Teixeira

Lúcia Cláudia Barbosa Santos

Maria Jacqueline Ramos Iwata

Anny Gabrielly Peixoto de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.44121061219>

CAPÍTULO 20.....233


UMA VIAGEM DE FÉ AOS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS PROPAGADORES DO TURISMO RELIGIOSO NO AMAZONAS: PRINCIPAIS ASPECTOS RELIGIOSOS DOS EVENTOS NOSSA SENHORA DO CARMO (PARINTINS); A FESTA DE SANTO ANTÔNIO DE BORBA (BORBA); E NOSSA RAINHA DO ROSÁRIO (ITAPIRANGA)

Maria Adriana Senna Bezerra Teixeira

Lúcia Cláudia Barbosa Santos

Maria Jacqueline Ramos Iwata

Anny Gabrielly Peixoto de Oliveira


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.44121061220>

CAPÍTULO 21.....245

MUSEU E EDUCAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE OS ESPAÇOS MUSEOLÓGICOS DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE IEPÉ-SP

Fabília Dias da Cunha de Moraes Fernandes

Sarah Musa dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.44121061221>

CAPÍTULO 22.....260

ESTRATÉGIAS DE MITIGAÇÃO DAS ZONAS DEGRADADAS, DERIVADAS DA FALTA DE ESTRUTURAÇÃO NO BAIXO VALE DO JEQUITINHONHA EM MINAS GERAIS

Carlos Andrés Hernández Arriagada


Mariana Chaves Moura

Raquel Ferraz Zamboni

Carlos Murdoch

Paulo Roberto Corrêa

Edgar Roa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.44121061222>

SOBRE A ORGANIZADORA.....278

ÍNDICE REMISSIVO.....279

REFLEXOS DO TOYOTISMO NA EDUCAÇÃO E NO TRABALHO NA ATUALIDADE

Data de aceite: 01/12/2021

Data de submissão: 13/09/2021

Andrea Oliveira D’Almeida

Universidade Católica do Salvador (UCSAL),
Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania
Salvador-Bahia
<http://lattes.cnpq.br/8346696872130362>

RESUMO: O presente artigo discute Educação e Trabalho, sob o enfoque jurídico, através da análise de dois grandes marcos legais: a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB/96. Debate as relações intrínsecas entre educação, políticas sociais, trabalho e cidadania. Apresenta os reflexos do Toyotismo, tanto na educação, quanto no trabalho na atualidade, através de uma ampla pesquisa bibliográfica da doutrina nacional e estrangeira com o intuito de conhecer as obras elaboradas sobre o tema, bem como, o seu atual estágio de estudo.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Trabalho; Toyotismo.

REFLECTIONS OF TOYOTISM IN EDUCATION AND EMPLOYMENT NOWADAYS

ABSTRACT: This article discusses Education and employment, under the legal approach, through the analysis of two major legal frameworks: the Federal Constitution of 1988 and the Law of Guidelines and Bases of National Education

- LDB/96. It discusses the intrinsic relations between education, social policies, employment and citizenship. It presents the reflections of Toyotism, both in education and employment nowadays, through an extensive bibliographic research of national and foreign doctrine to know the works elaborated on the theme as well as its current stage of study.

KEYWORDS: Education; Employment; Toyotism.

1 | INTRODUÇÃO

No início da década de 90, o número de alunos matriculados no Ensino Fundamental cresceu, vertiginosamente, em função das novas exigências da Carta Magna brasileira, promulgada em 05 de outubro de 1988, entretanto, a qualidade da educação pública não acompanhou de maneira satisfatória o crescimento do número de vagas nas escolas públicas.

Segundo Miranda (2007, p. 61), “o acesso à escola pública de todas as crianças em idade escolar passou a ser o primeiro grande desafio das políticas públicas da educação”. No entanto, não basta a Lei garantir o acesso à escola pública, é preciso, também, exigir na prática que a educação seja de qualidade, com escolas que tenham uma boa infraestrutura, e que prime pela valorização da carreira docente e pela vinculação entre educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

2 | EDUCAÇÃO E TRABALHO: LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS SOCIAIS

Para analisar as atuais políticas sociais em educação é necessário estabelecer como marcos centrais a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9394/96).

Nesse sentido, pode-se afirmar que:

O capítulo da educação na Constituição de 1988 é o mais detalhado de todos os textos constitucionais anteriores que, de uma forma ou de outra, trataram da educação no Brasil. A Lei de Diretrizes e Bases, por sua vez mantém o espírito da Carta Magna, detalhando seus princípios e avançando no sentido de encaminhar orientações gerais para o sistema educacional. A importância de conhecer a base legal decorre do fato de que esta, embora por si não altere a fisionomia do real, indica um caminho que a sociedade deseja para si e quer ver materializado (VIEIRA, 2006, p. 29).

Segundo Marshall (apud ALGEBAIL, 2009, p.151), política social pode ser entendida como a “política dos governos relacionada à ação que exerça um impacto direto sobre o bem-estar dos cidadãos, ao proporcionar-lhes serviços ou renda”.

E, ainda, para Eveline Algebaile (2009, p. 151-152):

A assistência social, as “proteções” trabalhistas (como a previdência) e as políticas setoriais de educação, saúde e saneamento constituiriam seu núcleo, sob a forma de ações e serviços que garantiriam ao conjunto da sociedade um patamar básico de vida que funcionaria como uma espécie de “ponto de largada”, a partir do qual os diferentes grupos e classes sociais, independentemente da posição ocupada nas relações econômicas, atuariam, em condições menos desiguais, na vida política e social.

[...] O que se chama de política social – dando a impressão de um setor portador de um programa específico, no qual apareceriam delineadas as formas de atuação do Estado no provimento de condições para a realização da vida social - diz respeito, na verdade, a um conjunto amplo de regulamentos, ações, meios e canais jurídicos, políticos e institucionais, relacionado, de fato, com a formulação e a garantia dos direitos de cidadania, mas implicado com questões que vão muito além do asseguramento dos direitos formulados.

O Art. 205 da Constituição Federal define a educação da seguinte forma:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Resta claro que a própria Carta Constitucional determina que a educação é um dever do Estado, da Família e da Sociedade que será efetivado, conjuntamente, visando à construção da cidadania e à inserção no mercado de trabalho.

Gohn (2009, p.36) ressalta que a escola pode ser:

[...] pólo de formação de cidadãos ativos a partir de interações compartilhadas entre a escola e a comunidade civil organizada, e as lutas pela educação, o alicerce dessa nova história. A participação da sociedade civil nas lutas pela

educação não é para substituir o Estado, mas para que este cumpra seu dever: o de propiciar educação de e com qualidade para todos.

Ainda, em relação à Educação, Giancaterino (2008, p.1) alerta que:

Educar é um desafio social. Assim sendo, esta prática pode tornar-se um instrumento mobilizador para com a situação atual em que vive a população ou ainda ser um meio de alienação. Convém ressaltar, que são inúmeros os interesses políticos, sociais e econômicos que coordenam toda a ação pedagógica e fazem da educação sinônimo de acomodação. Criticar ou contradizer qualquer que seja o trabalho político desenvolvido é motivo de repressão, de anarquia e/ou vandalismo. Ao povo é preciso aceitar a situação de pobreza, dominação e exploração opor-se é ser revolucionário. Portanto, é preciso que o homem cidadão busque no seu passado um princípio filosófico de vida para que assim seja capaz de refletir a atualidade.

A Lei nº 9394/96 - LDB, apesar de surgir no Brasil num contexto político econômico de uma sociedade globalizada e neoliberal, traz em seu bojo o ideal de um sistema educacional mais democrático e inclusivo, mesmo esbarrando, em muitos momentos, nas limitações e entraves de ordem Financeira.

O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei nº 8069/90) garante o acesso e a permanência das crianças à escola e possibilita, também, o acesso dos alunos, pais e professores à elaboração das propostas educacionais da escola.

O Art. 53 do ECA determina que “a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”.

Para Oliveira (2006), o ECA conclama a sociedade civil, o Poder Público e a família para a responsabilidade de garantir o cuidado e a proteção infanto-juvenil, sendo um instrumento legal de grande importância para a preservação dos direitos e manutenção dos deveres das crianças e adolescentes brasileiros.

No cenário jurídico do país, no início da década de 1990, a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente significou uma ruptura com o paradigma anterior do Código de Menores de 1979. O ECA é uma legislação vanguardista, inovadora que adota a Doutrina da Proteção Integral, onde crianças e adolescentes são vistos como Pessoas em fase de desenvolvimento que precisam de proteção da Família, do Estado e da Sociedade para que possam se desenvolver de maneira saudável, sendo capazes de se integrar plenamente à vida cidadã.

A educação pode ser entendida como um processo civilizatório que forma o indivíduo para a vida e para o trabalho, começando em casa com a família e prosseguindo na escola, a partir dos valores culturais da comunidade, segundo Xavier (2005).

O Art. 1º da LDB/96 define que:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas

manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

E o Art. 3º da LDB/96 elenca os princípios norteadores do ensino brasileiro, destacando, no inciso XI, a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Dentre os vários princípios que regem o ensino brasileiro, destacam-se como indispensáveis para a construção da cidadania através da Educação: a importância da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, a valorização do profissional da educação escolar, a gestão democrática, o ensino público e a vinculação entre educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

A Educação Básica (não somente a Educação Profissionalizante) também, e principalmente, se traduz na possibilidade de construir espaços de saber que permitem a inclusão no mercado de trabalho, assim como, o investimento em Ensino Superior garantirá o desenvolvimento de pesquisas de ponta no Brasil (COUTINHO, 2008).

A categoria trabalho como princípio educativo deve ser compreendido:

como o conjunto de ações materiais e espirituais que o homem, e o conjunto dos homens, desenvolve ao longo da história para construir suas condições de existência; que o trabalho, assim concebido, é teórico-prático e transformador, e, portanto, fundamento da construção do conhecimento e da história (KUENZER, 1999, p. 4).

O trabalho, como uma das referências da cidadania e dos direitos humanos, não pode ser pensado somente no modelo do emprego ou trabalho abstrato, ainda que seja a centralidade de uma sociedade salarial construída nos moldes do capitalismo. Mais do que objetivar o trabalho abstrato, como preparação e segundo demandas do mercado de trabalho, deve-se priorizar a educação para cidadania trabalhadora que permita, com a atuação direta do Estado, através de políticas sociais efetivas, que se adquira as condições materiais mínimas de existência que importam, inclusive, no acesso ao conhecimento (COUTINHO, 2008).

3 | TOYOTISMO E SEUS REFLEXOS NA EDUCAÇÃO E NO TRABALHO

Baseada na visão produtivista da educação, pode-se dividi-la em dois períodos, sendo o primeiro (1950-1970), que, conforme Saviani (2002), empenhava-se na organização da educação segundo os ditames do Taylorismo/Fordismo através da chamada “pedagogia tecnicista”, cuja tentativa de implantação no Brasil se deu mediante a Lei nº 5692/71, momento em que se buscou transportar para as escolas os mecanismos de objetivação do trabalho vigentes nas fábricas e o segundo período que se dá, a partir do final dos anos de

1980, quando ocorrem as reformas educacionais neoliberais no contexto da acumulação flexível ou Toyotismo.

Ainda, segundo Saviani (2002, p. 23), busca-se:

Sob a inspiração do *toyotismo*, [...] flexibilizar e diversificar a organização das escolas e o trabalho pedagógico, assim como as formas de investimento. Neste último caso, o papel do Estado torna-se secundário e apela-se para a benemerência e voluntariado. Em ambos os períodos, prevalece a busca pela produtividade guiada pelo princípio da racionalidade, que se traduz no empenho em se atingir o máximo de resultados com o mínimo de dispêndio [...]. Assim, também na educação, aperfeiçoam-se os mecanismos de controle, inserindo-a no processo mais geral de gerenciamento das crises no interesse da manutenção da ordem vigente.

De acordo com Coutinho (2008, p. 382):

A estruturação curricular está toda assentada na idéia de flexibilização (máximo por módulos sem terminalidade), com preocupação marcante na interdisciplinaridade e contextualização do profissional, como trabalhador produtivo, marcada pela prática (fazer) e não mais transmissão de conhecimento por conteúdos “estanques”. Isto porquanto a demanda, no mercado, é de trabalhadores multifuncionais e criativos, os saberes efêmeros e a sociedade pós-moderna, ditada pela complexidade; a postura, antes passiva (trabalhador subordinado com dever de fidelidade e obediência), transforma-se em ativa (colaboradores e líderes). Continua-se buscando assegurar uma “formação para o mercado de trabalho”, que dita as regras visando exclusivamente os processos produtivos e não as pessoas enquanto cidadãos, adotando-se uma postura meramente pragmática e volátil.

Posthuma (1999) destaca que, no Brasil, o sistema de formação profissional tem enfrentado crescentes pressões para adaptar sua estrutura e seu modo de atuação para melhor atender às novas demandas surgidas no mundo do trabalho e que o liberalismo econômico e a globalização exigem uma força de trabalho qualificada para lidar com a sofisticação tecnológica.

Como ressalta Coutinho (2008, p. 386):

Mudanças na organização produtiva, que superam um modelo taylorista ou taylorista-fordista, em prol do ohnismo ou toyotismo, aliado ao processo de reengenharia, fez emergir um novo “perfil” de empregado, deixando de lado o paradigma do empregado assujeitado, obediente, subordinado e referência da CLT, apenas destinatário do poder de comando e direção, para adotar um trabalhador “eficiente”, produtivo, criativo, que assume responsabilidades e age, independentemente do comando do capital, que decide, sempre atendendo as demandas do mercado, em uma estrutura de organização flexível, em busca do consumo.

O Estado deve pautar as suas políticas públicas educacionais pela “perspectiva de que o conhecimento teórico e prático não está subordinado aos interesses do mercado para adestramento de pessoas em benefício do capital produtivo, em sendo um bem público (e não mercadoria)”, segundo Coutinho (2008, p. 392). Alerta, ainda, que se o Capital precisar

de competências, deverá investir para qualificar a mão-de-obra de que necessita com recursos próprios, privados e não subsidiados pelo Estado.

Para Kuenzer (1999, p. 1170), o que, também, configura a dualidade na acumulação flexível é:

[...] a distribuição desigual e diferenciada de educação que, ao contrário do que ocorria no taylorismo/fordismo, valoriza a educação básica para os que vivem do, trabalho, como condição para a formação flexível; e educação específica, de natureza científico-tecnológica e sócio-histórica, para os que vão exercer o trabalho intelectual, de modo a assegurar que a posse do que é estratégico, nesse caso o conhecimento que permite inovação, permaneça com o capital.

Nascimento e Moraes (2006) afirmam que, nem o avanço das inovações tecnológicas (que demandam mão-de-obra com níveis mais elevados de qualificação), por si só, é suficiente para absorver a grande massa de trabalhadores, mesmo os que respondem às exigências de qualificação.

No caso do Brasil, as distorções na relação escolaridade e emprego apresentam-se mais acentuadas, sobretudo, na Região Nordeste, expressas no aprofundamento do desemprego, da falta de trabalho e de ocupações e, em caso extremos, na disseminação da miséria.

Ainda, segundo Nascimento e Moraes (2006, p.302):

O discurso dominante, presentemente, no cenário nacional é o de que tais políticas devem articular-se às demais políticas públicas (mormente as de emprego, educação e desenvolvimento local) e envolver a participação de todos os atores sociais – governos, empresários e trabalhadores - com relevância à participação destes últimos.

Coutinho (2008) adverte que é preciso entender que a acumulação flexível se alimenta da contradição entre o trabalho concreto e o trabalho abstrato, quer dizer, para que este possa gerar mais valor, é necessário que sejam mantidos um sem-número de trabalhos cada vez mais precarizados, assim como ocorre, atualmente, na divisão internacionalizada do trabalho que se dá tanto no âmbito nacional, quanto nas relações entre os países, alimentando a chamada “globalização”.

Coutinho (2008, p. 386) afirma, também, que esta divisão articula organicamente “trabalho escravo, trabalho infantil, trabalho informal, trabalho domiciliar, trabalho terceirizado, às formas mais sofisticadas de trabalho automatizado, em alguns casos já próximas do ‘trabalho humano zero’”.

Conforme Inaiá Carvalho e Claudia Fernandes (2009, p. 198) frisam:

Assim, sem que mudem essas condições, em uma sociedade em que os requisitos educacionais para o trabalho e para uma melhor inserção social vêm se elevando de forma continuada, certamente é pouco realista esperar que a simples frequência à escola venha a propiciar uma interrupção do ciclo de reprodução da pobreza, ampliando e equalizando relativamente as oportunidades.

De acordo com Borges (2006), num cenário de reestruturação produtiva, rápida abertura da economia nacional, impactos da revolução tecnológica e do neoliberalismo, nos anos 90, o Brasil viveu uma súbita e grande elevação das taxas de desemprego e a respectiva multiplicação do número de desempregados, mais visível nos grandes centros urbanos.

Para Borges (2006), deve-se considerar o fenômeno do desemprego como:

[...] resultado, em grande parte, das dificuldades de adaptação dos trabalhadores brasileiros às novas exigências colocadas pelas empresas, em função de importantes mudanças tecnológicas e dos novos padrões de competitividade. Em algumas das suas versões, esse discurso chegou até a passar idéia de que essas dificuldades seriam, em boa medida, de responsabilidade do próprio trabalhador desempregado [...] por não ter buscado assegurar a sua “empregabilidade”, a sua adaptação ao novo perfil da demanda. Nesse diagnóstico, a capacidade de geração de oportunidades de trabalho da economia brasileira não é colocada em questão, tudo se passando como se existissem, em grande número, postos de trabalho vagos à espera de trabalhadores que portem as competências a eles correspondentes e as soluções para o desemprego passariam, naturalmente, pelas políticas de educação e de requalificação profissional (BORGES, 2006, p. 85-86).

Pochmann (2004, p. 4) alerta que é imprescindível sair deste círculo vicioso a fim de o Brasil possa participar de forma mais dinâmica do novo cenário internacional e ampliar o dinamismo interno, favorecendo a que a educação passe a significar “novamente oportunidades dobradas de ascensão social e, não como hoje, uma defesa, aliás profundamente precária contra a elevação do desemprego e a queda do nível de renda”.

Quanto à relação nível de escolaridade e oportunidade de emprego/trabalho, Pochman (2004) declara que:

Para parcela significativa de jovens filhos de pais pertencentes às classes de renda média e alta tem havido uma pressão considerável para o abandono do país em busca de melhores perspectivas ocupacionais e de renda, ao passo que aos jovens filhos de pais pobres a violência tem emergido em meio à falta de um horizonte de ocupação e renda decente.

[...]

Contrariando a teoria do capital humano, a elevação dos níveis de escolaridade - num quadro de estagnação econômica, baixo investimento em tecnologia e precarização do mercado de trabalho - acaba se mostrando insuficiente para potencializar a geração de trabalho. Apesar disso, prosseguem as vertentes daqueles que acreditam no papel independente e autônomo da educação com relação à mobilidade social ascendente (POCHMAN, 2004, p. 4).

Note-se, então, que a questão social do desemprego já não é mais resultado da ausência de crescimento econômico, mas se tornou inerente ao próprio crescimento econômico.

No que tange ao mercado de trabalho, Segnini (2000, p. 4) ressalta que:

O mercado de trabalho brasileiro não conseguiu estabelecer uma situação em

que o emprego formal (aquele que possibilita garantias e direitos sociais) tenha se tornado algo generalizado para o conjunto da população; ao contrário, criou-se um mercado “altamente flexível” com situações completamente diferenciadas e, em grande medida, precárias.

Em relação ao desemprego de trabalhadores escolarizados, cujo número é crescente, principalmente, nos setores mais modernos da sociedade, Segnini (2000, p.7) acrescenta que o desemprego é considerado como “um dos argumentos para tornar relativa essa perspectiva instrumental da educação que se expressa como se fosse capaz de garantir o emprego ou, até mesmo, o trabalho”.

Conforme ressalta Coutinho (2008, p. 383):

No final das contas, quando no mercado, para admissão em um posto de trabalho, se exige um número mínimo de anos de escolaridade (a baixa escolaridade no Brasil sempre foi um atributo negativo), se está projetando igualmente sobre o ensino básico a tarefa de qualificar os trabalhadores. Enfim, nascidos estes para trabalharem, e livres, no mercado, para contratarem, a integração no regime econômico capitalista cria obstáculos à possibilidade de construir-se um projeto de educação efetivamente emancipatório da cidadania pelos direitos humanos.

Imperioso ponderar que as mudanças no mercado de trabalho, com o suposto fim dos empregos (embora farsa) e aumento do trabalho autônomo, precarização dos postos de trabalho (informalidade crescente) e introjeção de uma nova subjetividade da classe trabalhadora pelo “empreendedorismo”, acarretam reflexos na própria elaboração dos projetos pedagógicos (COUTINHO, 2008).

Sonia Rocha (2006, p. 185) preceitua que:

O consenso de que a redução da pobreza e da desigualdade passa necessariamente pela democratização do ensino de qualidade, capaz de instrumentalizar os jovens para o mercado de trabalho, justifica a ênfase na melhoria do nível de escolaridade como objetivo prioritário de política pública. [...] o desafio consiste em fazer com que a escola recupere o seu papel fundamental de mecanismo de mobilidade social, o que depende do provimento de ensino público de qualidade.

Segnini (2000, p.16-17) conclui que é importante:

[...] o reconhecimento que escolaridade e formação profissional são condições necessárias, mas insuficientes, para o desenvolvimento social. Isso porque se sabe que somente políticas e ações concretas, que possibilitem real desenvolvimento social e econômico (distribuição de renda, reforma agrária, reforma do sistema de saúde e educacional), podem estar superando desigualdades e construindo condições sociais que redundam em cidadania. E só encontram sentido social no interior de um projeto de desenvolvimento econômico que possibilite direitos sociais, entre eles, o trabalho.

Portanto, nesse contexto, de acordo com Segnini (2000), a educação torna-se fundamental como um fim em si mesma, como condição *sine qua non* para a cidadania crítica que é indispensável para a formação de cidadãos éticos, críticos, reflexivos,

engajados e comprometidos com a realidade social.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, percebe-se a importância da relação entre a educação e o trabalho para a formação crítica do cidadão-trabalhador, preparado para a vida e para o trabalho e não só para atender às demandas capitalistas neoliberais emergentes do mercado de trabalho na chamada era da acumulação flexível ou “era da flexibilidade”, inclusive, das relações trabalhistas frágeis e precárias.

O Estado deve priorizar políticas públicas que promovam educação, emprego e renda para todos numa perspectiva de resgate da cidadania. E educação deve ser voltada para a cidadania do trabalhador e não para se adaptar à lógica do mercado de trabalho, sob pena de ser destituída da sua função primordial que é preparar cidadãos para a sua emancipação, vislumbrando a transformação social.

REFERÊNCIAS

ALGEBAILLE, Eveline. **Escola pública e pobreza no Brasil: a ampliação para menos**. Rio de Janeiro: Lamparina, Faperj, 2009.

BORGES, Ângela Maria Carvalho. **Educação e mercado de trabalho: elementos para discutir o desemprego e a precarização dos trabalhadores escolarizados**. Gest. Ação, Salvador, v. 9, n.1, p. 85-102, jan./abr. 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm Acesso em: 10 jan. 2016.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 10 jan. 2016.

CARVALHO, Inaiá M. M. de; FERNANDES, Claudia M. Algumas Considerações sobre o Bolsa Família. In: **Revista Serviço Social & Sociedade: Mundialização do Capital e Serviço Social**. São Paulo: Cortez Editora, nº 98, abr/jun. 2009.

COUTINHO, Aldacy Rachid. Educação e trabalho: uma questão de direitos humanos. In: **Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/livrosedhbfundamentos22_cap_2_artigo_14.pdf, 2008. Acesso em: 25 nov. 2015.

D’ALMEIDA, Andrea Oliveira. Educação e Cidadania: aspectos jurídicos e sociais. In: **Revista Jurídica da Seção Judiciária do Estado da Bahia**. Ano7, n. 9. Salvador: TRF-1ª Região, 2008, p.143-156.

GIANCATERINO, Roberto. **A influência de Marx na Educação**. Disponível em: <http://meuartigo.brasile scola.com/educacao/a-influencia-marx-na-educacao.htm>, 2008. Acesso em: 25 nov. 2015.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. Lutas e Movimentos pela Educação no Brasil a partir de 1970. In: **Ecco S – Revista Científica**. São Paulo, v. II, n. 1, 2009, p. 23-38.

KUENZER, Acácia Zeneida. **O ensino médio e profissional**: as políticas do Estado neoliberal. São Paulo: Cortez, 1999.

MIRANDA, Glaura Vasques de. Escola Plural. In: **Estudos Avançados** 21(60), 2007.

NASCIMENTO, Ilma Vieira do; MORAES, Lélia Cristina Silveira de. Qualificação da Força de Trabalho: uma questão sempre atual. In: **Política Pública de Educação no Brasil**: compartilhando saberes e reflexões. Porto Alegre: Sulina, 2006, p. 301-327.

OLIVEIRA, Oséias Santos de. Gestão Democrática na Escola Brasileira: Enfoque das Políticas Públicas Recentes em Educação. In: **Revista de Educação do IDEAU** – Instituto do Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai, v.1, nº 2, Setembro- Dezembro 2006, Getúlio Vargas, RS: Editora IDEAU, 2006.

POCHMANN, Márcio. **Educação e trabalho**: como desenvolver uma relação virtuosa? Educ. Soc. vol. 25, n. 87, Campinas mai/ago, 2004.

POSTHUMA, Anne Caroline. Transformando o sistema brasileiro de formação profissional: o primeiro quadriênio do Planfor. In: _____. (Org.) **Brasil: abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil** – Políticas para conciliar os desafios do emprego e competitividade. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego; Organização Internacional do Trabalho, São Paulo: Editora 34, 1999.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil**: afinal, de que se trata? 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SAVIANI, D. Transformações do capitalismo, do mundo do trabalho e da educação. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J.L. (Org.). **Capitalismo, trabalho e educação**. São Paulo: Autores Associados, 2002.

SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli. **Educação e Trabalho**: uma relação tão necessária quanto insuficiente. São Paulo Perspec. São Paulo, vol.14, no. 2, abr./jun. 2000.

VIEIRA, Sofia Lerche. Educação e gestão: extraindo significado da base legal. In: **Gestão escolar democrática**: concepções e vivências. LUCE, Maria Beatriz e MEDEIROS, Isabel Pedroso de, (Org.). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

XAVIER, Carlos Alberto Ribeiro de. Educação e cultura na escola pública do Brasil. In: **CONFERÊNCIA REGIONAL DA AMÉRICA LATINA SOBRE EDUCAÇÃO ARTÍSTICA**, Bogotá, 28 a 30 de Novembro de 2005.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agências reguladoras nacionais 110, 111

Análise macroergonômica do trabalho 174, 175, 176, 192

Área produtiva 175

Assédio 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173

B

Barreras físicas 64, 65, 68, 71, 72

C

Cargas portuárias 194, 195, 198, 199, 200, 201

Cinema 114, 126, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142

Compliance 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173

Comunicação 11, 30, 91, 94, 95, 96, 97, 98, 102, 103, 108, 109, 117, 126, 138, 141, 142, 143, 149, 162, 163, 184, 193, 225, 238, 246, 256, 263

D

Demanda ergonômica 176, 184, 185, 192

Democracia 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 104, 105, 107, 108, 109

Demonstração do fluxo de caixa 207

Demonstração do valor adicionado 206, 207, 208, 213, 215, 216, 217, 218, 219

Distribuição de riqueza 206, 211

E

Educación superior 74, 75, 76, 77, 78, 80

Envelhecimento 33, 34, 35, 36, 37, 39, 43, 46, 51, 52

Espacio urbano 64, 65, 67, 72

Exclusión 54, 55, 56, 59, 61

Expectativa de vida 35, 46

F

Fé 223, 225, 227, 228, 229, 230, 231, 233, 234, 236, 237, 239, 242, 243

Festival 220, 221, 222, 223, 225, 226, 227, 230, 231, 233, 239, 243

Folclore 220, 222, 223, 224, 225, 231

Fome 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 262

Formación docente 74, 75, 76, 78, 79, 80

G

Gênero 14, 19, 21, 22, 23, 24, 26, 28, 31, 39

Globalização 156, 157, 164, 262

I

Idosos 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53

Inovação 157, 169, 174, 175, 176, 193, 274, 276

Institutos de longa permanência para idosos 37

J

Juri 147, 150

L

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 152, 153, 160

M

Meios de comunicação 97, 143, 149

México 12, 55, 56, 62, 63, 64, 74, 76, 77, 80, 81, 83, 84, 85, 88, 90, 165, 204

Mídia 92, 96, 97, 108, 142, 143, 144, 147, 148, 149, 150

Migrantes 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 56

Miséria 2, 3, 6, 9, 11, 157, 260, 262

Modernidade 108, 262, 277

Museu 245, 246, 247, 248, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259

P

Política de saúde 16, 17, 20, 22, 23, 29, 52, 278

Políticas públicas 16, 22, 23, 25, 27, 28, 31, 32, 54, 55, 56, 59, 61, 62, 63, 66, 84, 98, 152, 156, 157, 160, 161, 164, 258, 262, 274

Políticas sociais 16, 17, 18, 21, 23, 152, 153, 155, 209, 278

Porto 38, 43, 142, 161, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 240, 276

Processo democrático 91, 95, 98, 107, 108, 109

Processo migratório 26, 27

Processo penal 143, 144, 145, 149, 150

R

Reforma psiquiátrica 14, 15, 16, 17, 18, 23

Regulação setorial 110, 111, 118, 122, 124

S

Serviço social 6, 14, 21, 22, 23, 24, 160, 278

Sistema de planeación estratégica democrática 66

Sistema Único de Saúde 25, 28, 31, 278

T

Tipografia 126, 127, 128, 129, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142

Transdisciplinariedad 65, 66, 72, 73

Transtorno mental 14, 15, 16, 17, 18, 20, 22, 23, 24

Turismo religioso 233, 234, 235, 236, 237, 242, 243, 244


Turismo sexual 85, 86, 90

As ciências sociais aplicadas e seu protagonismo no mundo contemporâneo

- 🌐 www.atenaeditora.com.br
- ✉ contato@atenaeditora.com.br
- 📷 @atenaeditora
- 📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



As ciências sociais aplicadas e seu protagonismo no mundo contemporâneo

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

